

Funai pede novo acordo antes da ação policial em Piraquá

A atuação da Polícia Militar na operação de reintegração de posse da área de 400 hectares na Aldeia Piraquá, poderá não acontecer mais nesta terça-feira, como estava previsto anteriormente. Isto porque o secretário de Segurança Pública, Aleixo Paraguassú, manteve entendimento com o delegado regional da Funai, Lízio Lili, marcando uma reunião para quarta-feira, quando a questão será detalhadamente discutida.

Segundo o delegado regional da Funai, o secretário da Segurança Pública demonstrou muita preocupação com a questão do Piraquá, deixando claro que não vai tomar nenhum posicionamento sem antes tomar pleno conhecimento da situação. Ele afirmou, durante a conversa informal com Lízio Lili, que a atuação da Polícia Militar deve ser em conjunto com a Funai e com a Polícia Federal.

O comandante da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul

chegou a solicitar verbalmente a ajuda da Polícia Federal para restabelecer a posse das 400 hectares ao fazendeiro Líbero Monteiro. Mas segundo Lízio Lili, a superintendência da Polícia Federal voltou a afirmar que não irá se envolver na retirada dos índios da Aldeia Piraquá, pois a responsabilidade agora é da Polícia Militar.

Em Jardim, o 1.º tenente Barros, já tem um efetivo de 50 homens preparados para realizar a operação na Aldeia de Piraquá. Agora só está esperando uma confirmação do Comando Geral da Polícia Militar do Estado para entrar em ação. A retirada dos índios está prevista para amanhã, terça-feira, mas o secretário de Segurança Pública, Aleixo Paraguassú, deverá solicitar a suspensão da medida, até que discuta a questão com o delegado regional da Funai.

ÍNDIOS PREOCUPADOS

Os líderes indígenas do Mato Grosso do Sul estiveram reu-

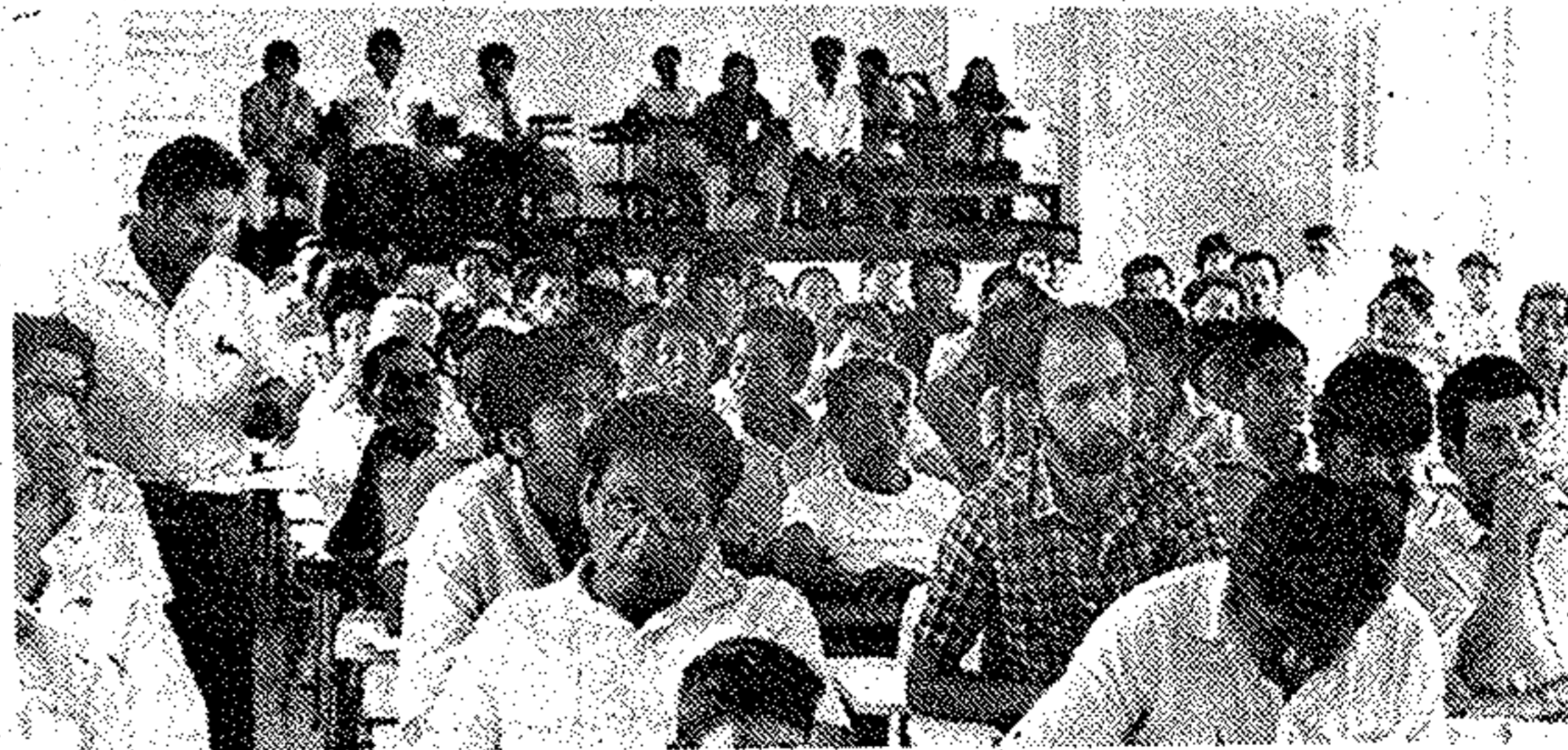
nidos no final de semana, em Miranda, numa assembléia. Na oportunidade, expressaram grande preocupação com a questão de Piraquá. Voltaram a reafirmar para o delegado regional da Funai, Lízio Lili, que não irão recuar da região. Salientaram, ainda, que não permitirão a reintegração de posse dos 400 hectares, ao fazendeiro Líbero Monteiro.

Diante deste quadro, Lízio Lili considera de fundamental importância a conversa que terá na quarta-feira com o secretário Aleixo Paraguassú. "Vou procurar explicar ao secretário toda a situação. Quero colocá-lo a par dos últimos acontecimentos e também dos estudos feitos pelo grupo interministerial, que já definiu a área como pertencente aos índios. Nosso objetivo é resolver o problema da melhor maneira possível, defendendo principalmente os interesses indígenas, já que até mesmo um juiz federal decretou a área como pertencente aos Caiuás", frisou.

Índios se reúnem em Miranda para a assembléia indígena

O caso Piraquá foi um dos temas principais da Assembléia Indígena realizada neste final de semana em Miranda, da qual participaram cerca de 500 índios das várias tribos existentes no Estado. O assunto, inclusive, faz parte da carta aberta (documento final) elaborada ao fim da reunião e que tenta sensibilizar as autoridades para a questão do índio e para o elenco de problemas que eles vêm enfrentando não só no Mato Grosso do Sul, como em todo o país.

A II Assembléia indígena foi aberta na sexta-feira e durou até ontem, com a participação, também, de autoridades ligadas à questão indígena. No programa dos debates, temas como a Constituinte, a Reforma Agrária, Política Indigenista e Questão Fundiária. Na abertura, a presença do Bispo de Jardim, Dom Onofre Cândido Rosa, o delegado regional da Funai, Lízio Lili e mais o secretário geral do Conselho Indigenista Missionário - Cimi - Antônio Brand. Também estavam lá, o secretário regional do Cimi, em Dourados, Hilário Paulus, a advogada Carla Antunes Barbosa da Comissão Pró-Índios de São Paulo e Sinério Kuhn, da Comissão Pastoral da Terra.



Sala lotada, e muito interesse nas discussões indígenas

As discussões do sábado pela manhã ficaram ligadas a problemas bem específicos das comunidades indígenas, como o problema da falta de união entre as tribos, além de questões de saúde, educação e produção agrícola. Para favorecer as discussões, as tribos usaram os idiomas indígenas para essa parte do temário que compôs a programação da II Assembléia. Os terenas falaram pelos diretores das tribos. Essa tribo, é uma das que mais problemas enfrentam nessa questão de divisão interna.

O tema mais polêmico da As-

sembléia foi a Constituinte. Para facilitar a pesquisa entre os índios sobre o que eles esperam das novas leis brasileiras, foram formados diversos grupos de trabalho com o objetivo de estudar o tema Constituinte, apresentar propostas e um relatório sintetizado das aspirações das comunidades indígenas para a Constituinte. À margem das discussões, no entanto, a programação ficou uma festa que aconteceu à noite, na quadra do Colégio Nossa Senhora do Carmo. Os índios aproveitaram para reviver as tradições em danças, cantigas e instrumentos.